

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(em milhares de reais)

ATIVO

	<u>NOTAS</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>		<u>32.522</u>	<u>32.935</u>
Disponibilidades		125	147
Títulos e Valores Mobiliários	(04)	587	1.006
Contas a Receber de Clientes	(05)	4.082	8.626
Estoques	(06 e 15)	22.122	19.025
Impostos a Recuperar		1.229	1.483
Adiantamentos Operacionais		3.262	1.428
Despesas Pagas Antecipadamente		1.115	1.220
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>		<u>157.631</u>	<u>139.977</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Impostos a Recuperar	(07)	23.858	13.765
Créditos Tributários Pendentes de Execução Judicial	(07)	112.154	102.085
PERMANENTE			
Investimentos		55	55
Imobilizado	(08 e 15)	21.437	23.489
Intangível	(08)	127	583
<u>TOTAL DO ATIVO</u>		<u>190.153</u>	<u>172.912</u>

“As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.”



**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008**
(em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>NOTAS</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>		<u>90.342</u>	<u>149.939</u>
Instituições Financeiras	(11)	36.624	32.655
Empréstimos e Financiamentos		33.290	28.413
ACC/Pré-Pagamento		3.334	4.242
Debêntures Conversíveis	(12)	3.461	3.161
Fornecedores		28.407	30.272
Obrigações Sociais e Tributárias	(09)	20.115	70.542
REFIS Federal	(10 e 15)	-	10.042
Outras Contas		1.735	3.267
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>		<u>66.628</u>	<u>82.531</u>
Instituições Financeiras	(11)	4.574	5.448
Empréstimos e Financiamentos		4.574	3.505
ACC/Pré-Pagamento		-	1.943
Fornecedores		17.325	14.545
Honorários Advocatícios		39.254	38.281
Obrigações Sociais e Tributárias	(09)	4.970	2.289
Provisões e Contingências		406	406
(-) Depósitos Judiciais		(406)	(406)
REFIS Federal	(10 e 15)	-	21.409
Tributos sobre Reavaliação	(17)	505	559
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)</u>		<u>33.183</u>	<u>(59.558)</u>
Capital Social	(16)	32.805	32.805
Reservas de Reavaliação	(17)	3.029	3.202
Prejuízos Acumulados		(2.651)	(95.565)
<u>TOTAL DO PASSIVO</u>		<u>190.153</u>	<u>172.912</u>

“As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.”

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(em milhares de reais)

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	156.325	172.822
Vendas de Produtos no País	136.523	138.230
Vendas de Produtos no Exterior	19.802	34.592
Deduções das Vendas	(27.461)	(31.298)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	128.864	141.524
Custo dos Produtos Vendidos	(99.464)	(114.796)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	29.400	26.728
Despesas/Receitas Operacionais	(3.501)	(39.379)
Remuneração dos Administradores	(600)	(600)
Despesas Comerciais	(21.621)	(20.645)
Despesas Gerais e Administrativas	(5.155)	(5.008)
Despesas Financeiras	(34.098)	(32.702)
Receitas Financeiras	7.527	19.518
Outras Receitas Operacionais (Nota 01)	50.446	58
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IRPJ/CSLL	25.899	(12.651)
Tributos Diferidos	33.019	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	58.918	(12.651)
Lucro/Prejuízo por ação	12,24906	(2,63015)

“As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.”

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL (Nota 16)	RESERVAS DE REAValiaÇÃO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 1º de Janeiro de 2008	32.805	3.376	(68.122)	(31.941)
Realização Reserva de Reavaliação	-	(229)	229	-
Reversão de Tributos s/ Reserva de Reavaliação	-	55	-	55
Reversão de Tributos Diferidos não Realizados	-	-	(12.144)	(12.144)
Ajustes - Lei nr. 11.638/07	-	-	(2.877)	(2.877)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	(12.651)	(12.651)
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	32.805	3.202	(95.565)	(59.558)
Realização Reserva de Reavaliação	-	(228)	228	-
Reversão de Tributos s/ Reserva de Reavaliação	-	55	-	55
Créditos Tributários (IRPJ/CSLL)	-	-	33.768	33.768
Lucro Líquido do Exercício	-	-	58.918	58.918
Saldos em 31 de dezembro de 2009	32.805	3.029	(2.651)	33.183

“As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.”

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(em milhares de reais)

<u>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	58.918	(12.651)
Ajuste por:		
Depreciações e Amortizações	2.124	3.227
Perda (Ganho) de Bens do Ativo Permanente	394	487
Efeitos MP nº 470/09 e Lei nº 11.941/09	(49.853)	-
Créditos Tributários (IRPJ – CSLL)	(33.019)	-
Provisão para Devedores Duvidosos	736	338
Variações Cambiais Líquidas	(681)	751
Variações Monetárias Líquidas	(1.115)	(781)
Juros e Correção Monetária Apropriados pelo Regime de Competência	7.840	7.182
Variação dos Ativos e Passivos		
Redução nas Contas a Receber de Clientes	3.808	12.419
Redução (Aumento) nos Estoques	(3.097)	1.948
Redução em Títulos e Valores Mobiliários	419	314
Redução (Aumento) em Outras Contas a Receber	(21.637)	(26.352)
Aumento em Fornecedores	1.888	25.587
Aumento nas Obrigações Sociais, Trabalhistas e Tributárias	37.443	18.965
Redução (Aumento) em Outras Contas a Pagar	(1.232)	2.341
<u>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</u>	<u>2.936</u>	<u>33.775</u>
<u>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</u>		
Recebimento pela Venda de Ativos Imobilizados	1.128	609
Aquisição de Ativos Imobilizados	(1.651)	(3.239)
<u>CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</u>	<u>(523)</u>	<u>(2.630)</u>
<u>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</u>		
Captação de Empréstimos	71.469	108.696
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	(73.904)	(140.655)
<u>CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</u>	<u>(2.435)</u>	<u>(31.959)</u>
REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(22)	(814)
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	147	961
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	125	147



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(em milhares de reais)

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
RECEITAS	150.543	167.997
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	149.161	167.720
Outras Receitas	2.118	616
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(736)	(339)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(94.882)	(112.515)
Custos das Vendas, Produtos e Serviços	(54.909)	(65.106)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(39.973)	(47.409)
<u>VALOR ADICIONADO BRUTO</u>	<u>55.661</u>	<u>55.482</u>
RETENÇÕES	(2.124)	(3.227)
Depreciações e Amortizações	(2.124)	(3.227)
<u>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</u>	<u>53.537</u>	<u>52.255</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	7.527	19.518
Receitas Financeiras	7.527	19.518
<u>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</u>	<u>61.064</u>	<u>71.773</u>
<u>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</u>	<u>61.064</u>	<u>71.773</u>
Empregados	31.456	30.505
Salários e Encargos	27.491	25.905
Benefícios	2.293	2.598
FGTS	1.672	2.002
Tributos	(16.804)	19.174
Federais	11.527	13.121
Créditos Tributários (IRPJ/CSLL)	(33.019)	-
Estaduais	4.688	6.053
Juros e Aluguéis	(12.506)	34.745
Juros	34.098	32.702
Aluguéis	921	72
Royalties	2.328	1.971
Efeitos MP nº 470/09 e Lei nº 11.941/09	(49.853)	-
Remuneração de Capital Próprio	58.918	(12.651)
Lucro/Prejuízo do Exercício	58.918	(12.651)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2009

01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia, com sede em Brusque-SC e unidade industrial em Canelinha – SC, foi fundada em 1898 e tem como objetivo a produção e comercialização de artigos relacionados à área de banho, cama e mesa.

Reversão do Passivo a Descoberto

A situação patrimonial da Companhia foi revertida em 2009 em face do reconhecimento contábil de R\$ 78.044 relativos a redução de juros, multas e honorários, e de R\$ 71.494 de créditos tributários provenientes de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da CSLL, a partir da interpretação da Medida Provisória nº 470/09 e da Lei nº 11.941/09, perfazendo um total de R\$ 149.538.

Com base nas medidas tomadas, descritas na Nota 09 e na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia entendeu ter atendido aos requisitos da referida MP e da citada Lei, providenciando o imediato registro desses valores a partir dos pedidos de parcelamento/liquidação dos débitos tributários/fiscais destacados a seguir, a serem homologados pelos órgãos federais competentes durante o ano de 2010. Esta providência promoveu a reversão da situação patrimonial negativa (Passivo a Descoberto), para positiva (Patrimônio Líquido).

Segue resumo da operação envolvendo a redução de juros, multas e honorários, a utilização de créditos fiscais para liquidar parte do débito tributário e saldos incluídos nos pedidos de parcelamento:

Descrição	Principal	Juros, Multa e Honorários	Total
Débitos Atribuídos à MP 470/09	65.114	83.469	148.583
Débitos Atribuídos à Lei 11.941/09	1.083	1.526	2.609
Total antes das Reduções e Compensações	66.197	84.995	151.192
Reduções e Compensações			
Redução de Juros, Multa e Honorários - MP 470/09		(77.482)	(77.482)
Redução de Juros, Multa e Honorários - Lei 11.941/09		(562)	(562)
Créditos Fiscais - Compensações ***	(64.996)	(6.498)	(71.494)
Total	(64.996)	(84.542)	(149.538)
Saldo Incluído nos Parcelamentos	1.201	453	1.654
MP 470/09 (Parcelado em 12 meses)	1.083	441	1.524
Lei 11.941/09 (Parcelado em 180 meses)	118	12	130

*** Oriundos de Prejuízos Fiscais e Bases de Cálculo Negativas da CSLL

02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A diretoria executiva autorizou a conclusão das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2009, em 22 de janeiro de 2010.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas juntamente com as respectivas notas explicativas, em milhares de reais, exceto quando especificada outra unidade, de

acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária (Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09), os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e normas complementares emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em conformidade com o disposto na Deliberação CVM nº 565/08, a Companhia estabeleceu, em 2008, como data de transição para a adoção das novas práticas contábeis, 31 de dezembro de 2007.

A Comissão de Valores Mobiliários determinou às Companhias Abertas a revisão anual dos critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação através do Pronunciamento CPC nº 13 – Adoção Inicial, aprovado pela Resolução CVM nº 565/08. A obrigatoriedade estava prevista para as demonstrações financeiras do exercício social iniciado a partir de 1º de janeiro de 2009. A Companhia providenciou a revisão e passou a considerar novas bases e critérios para o cálculo da depreciação a partir de 1º de janeiro de 2009. A adoção da nova prática produziu efeitos positivos no resultado e no patrimônio líquido da Companhia no valor de R\$ 1.131.

A Lei nº 11.941/09 instituiu o Regime Tributário de Transição (RTT), que trata dos ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pelos seus arts. 37 e 38 e pela Lei nº 11.638/07, e facultou a sua adoção para o biênio 2008-2009. A Companhia aderiu ao RTT, e como consequência desta opção, para o referido biênio, o Imposto de Renda e a Contribuição Social incidentes sobre o Lucro, bem como as Contribuições PIS e COFINS foram apurados considerando os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404/76, vigentes em 31 de dezembro de 2007.

A Companhia, por opção própria, poderia ter antecipado a adoção dos pronunciamentos com vigência programada para o exercício social iniciado a partir de 1º de janeiro de 2010, desde que em sua totalidade, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009. A Administração decidiu por não exercer essa faculdade.

03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação de receitas, custos e ou despesas correspondentes.

b) Ativo Circulante

- **Instrumentos financeiros**

As aplicações em instrumentos financeiros e em direitos e títulos de créditos são registrados pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizados conforme disposições legais ou contratuais, ajustados ao valor provável de realização, quando este for inferior.

- **Provisão para Devedores Duvidosos**

É constituída sobre todos os créditos que envolvem riscos e em montante suficiente para cobertura de possíveis perdas.

- **Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperáveis, e não superam os preços de mercado, ou custo de reposição.

- **Outros Direitos**

Os demais ativos realizáveis no curso do exercício social subsequente são apresentados pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizados conforme disposições legais ou contratuais, ajustados ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso das demais aplicações e os direitos e títulos de crédito.

c) Ativo Não Circulante

- **Realizável a Longo Prazo**

Os ativos realizáveis após o término do exercício seguinte, são apresentados pelo custo de aquisição ou valor de emissão, ajustados a valor presente, quando aplicável, e ajustados ao valor provável de realização, quando este for inferior.

- **Imobilizado**

Demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são calculadas pelo método linear, levando-se em consideração a estimativa de vida útil de cada bem. A Companhia verifica anualmente se há evidências de que o valor contábil dos ativos possa ser recuperado, e quando necessário, realiza o teste de recuperabilidade (Impairment test), para cada unidade geradora de caixa. Quando o valor contábil excede o valor recuperável dos ativos, a Companhia reconhece as perdas no balanço.

d) Passivo Circulante

O passivo circulante está demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, em base “pro rata die”.

e) Passivo Não Circulante

Os passivos não circulantes estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, em base “pro rata die”, e quando aplicável, ajustados a valor presente.

f) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize premissas e julgamentos na determinação do valor e registro destas estimativas. Ativos e Passivos significativos, apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia incluem certas estimativas referentes à definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências ativas e passivas, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as quando aplicável.

04 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários referem-se a investimentos em títulos de alta liquidez, não sujeitos a riscos significativos de mudança de valor. Parte expressiva do saldo está atrelada ao vencimento de operações de crédito. Em face do vínculo com essas operações, a Administração da Companhia não prevê o resgate dos valores antes dos seus vencimentos. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo é de R\$ 587 (R\$ 1.006 em 31 de dezembro de 2008).

05 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os saldos das Contas a Receber de Clientes, estão assim representados:

<u>DISCRIMINAÇÃO</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Clientes no País	23.355	24.961
Clientes no Exterior	3.495	9.400
Provisão para Devedores Duvidosos	(1.025)	(685)
Duplicatas Descontadas	(20.359)	(22.607)
Cambiais Negociadas (Exportação)	(1.384)	(2.443)
TOTAL	4.082	8.626

06 - ESTOQUES

<u>DISCRIMINAÇÃO</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Produtos Acabados	9.902	7.783
Matérias-Primas	2.695	2.835
Produtos em Elaboração	8.318	7.152
Outros Estoques	1.207	1.255
TOTAL	22.122	19.025

07 - CRÉDITOS DIVERSOS DE LONGO PRAZO

<u>DISCRIMINAÇÃO</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Crédito Prêmio de IPI – item a	112.154	102.085
Refis Federal – item b	19.039	-
Outros impostos recuperáveis	4.819	13.765
TOTAL	136.012	115.850

a) **Crédito Prêmio de IPI (Pendente de Execução Judicial)**

A Companhia mantém na Justiça Federal, dois processos de ressarcimento do Crédito Prêmio de IPI relativos às exportações do período de 07.12.1979 a 05.10.1990.

O processo que compreende o período de 07.12.1979 a 31.03.1981 após o trânsito em julgado, teve seu crédito homologado através de recebíveis em precatórios, com parcelas anuais até o ano de 2011. A Companhia transferiu em 30 de setembro de 2009 os direitos dos recebíveis em precatórios deste processo.

O processo que compreende o período de 01.05.1985 a 05.10.1990, já teve trânsito em julgado do processo de conhecimento. A Companhia interpôs ação de execução de sentença, mas até 31 de dezembro de 2009 não teve desfecho final e por este motivo mantém o crédito destacado no ativo realizável a longo prazo, na conta denominada Créditos Tributários Pendentes de Execução Judicial. Com base em Laudo Técnico emitido em 04 de dezembro de 2008, o saldo apurado pelo perito foi ajustado considerando a posição mais conservadora divulgada nesse documento.

Os honorários correspondentes, R\$ 39.254, estão reconhecidos no passivo não-circulante.

b) Refis Federal

Os pagamentos efetuados a título de Refis Federal, com o advento da MP nº 470/09, foram reclassificados e a Companhia aguarda homologação do parcelamento/pagamento disponibilizado pela referida MP para efetivar a compensação ou restituição dos créditos pagos a título de parcelas do Refis.

08 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Custo Corrigido

<u>DISCRIMINAÇÃO</u>	<u>Saldo</u> <u>31.12.2008</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo</u> <u>31.12.2009</u>
Terrenos	2.941	-	-	2.941
Edifícios	20.360	-	-	20.360
Instalações industriais	3.875	-	(170)	3.705
Móveis e utensílios	3.153	37	(13)	3.177
Máquinas	50.478	246	(113)	50.611
Veículos	355	-	-	355
Direitos de Uso (Intangível)	1.901	112	-	2.013
Marcas e Patentes (Intangível)	18	1	(1)	18
Reflorestamento	7.272	902	(1.535)	6.639
Equipamentos de Informática	574	24	(2)	596
Imobilizações em andamento	939	331	(346)	924
TOTAL	91.866	1.653	(2.180)	91.339

b) Depreciações e Amortizações

<u>DISCRIMINAÇÃO</u>	<u>Deprec.</u> <u>Anual</u>	<u>Saldo</u> <u>31.12.2008</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo</u> <u>31.12.2009</u>
Edifícios	4,73%	15.995	150	-	16.145
Instalações industriais	18,81%	3.679	60	(56)	3.683
Móveis e utensílios	17,76%	2.683	225	(2)	2.906
Máquinas	18,36%	43.492	998	(85)	44.405
Veículos	20,00%	296	12	-	308
Direitos de Uso (Intangível)	10,60%	1.336	568	-	1.904
Equipam.de Informática	44,44%	313	111	-	424
TOTAL		67.794	2.124	(143)	69.775

A Companhia providenciou o teste de recuperabilidade para o exercício social corrente. Face à inexistência de valor contábil superior ao valor recuperável, nenhuma despesa de Impairment foi reconhecida em 2009.

A Companhia também providenciou a revisão anual dos critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação. A nova prática reduziu os encargos de depreciação produzindo efeitos positivos no resultado e no patrimônio líquido, conforme quadro comparativo a seguir.

PERÍODO	Prática Anterior	Prática Atual	Efeito no Período
1º Trimestre	821	531	290
2º Trimestre	825	537	288
3º Trimestre	827	538	289
4º Trimestre	782	518	264
2009	3.255	2.124	1.131

09 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

<u>DISCRIMINAÇÃO</u>	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>
ICMS	10.527	-	10.527
INSS	2.361	-	2.361
FGTS	2.019	-	2.019
IRRF	166	-	166
PIS	163	-	163
COFINS	832	-	832
SENAI Parcelamento	55	767	822
SESI Parcelamento	105	1.461	1.566
Parc.Lei nº 11.941/09	103	1.422	1.525
Parc.MP nº 470/09	109	-	109
Salários	1.118	-	1.118
Férias e Encargos a Pagar	2.306	-	2.306
Outras Obrigações	251	1.320	1.571
TOTAL	20.115	4.970	25.085

A Companhia, com o advento da MP nº 470/09, protocolou em 30 de novembro de 2009, junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal, pedido de pagamento de seus débitos tributários e parcelamento do saldo remanescente junto a estes órgãos, com redução dos juros, multa e honorários, requerendo sua quitação com créditos tributários provenientes de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL.

Com base nas seguintes medidas tomadas anteriormente à edição da referida MP, a Companhia considerou-se habilitada ao parcelamento/liquidação de seus débitos tributários/fiscais administrados pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional:

- Protocolado Ação Cautelar nº 2003.34.00.019723-5 e Ação Declaratória nº 2004.34.00005886-5, que tramitava na 15ª Vara Federal de Brasília, discutindo o direito da empresa em compensar os créditos de IPI já reconhecidos judicialmente, com débitos existentes junto ao INSS.
- Ingressado com medida cautelar incidental nos autos do processo nº 2004.34.00005886-5, informando o montante de crédito de IPI dos períodos de 01.05.1985 a 05.10.1990, e requereu a extensão dos efeitos da liminar para que a empresa possa utilizar estes créditos para pagamentos de débitos previdenciários.

Os débitos junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretaria da Receita Federal e Instituto Nacional da Seguridade Social, não compreendidos na MP nº 470/09 foram parcelados de acordo com as condições da Lei nº 11.941/09 (180 meses).

A consolidação e homologação dos parcelamentos advindos da MP nº 470/09 e Lei nº 11.941/09 por parte dos órgãos competentes deve ocorrer durante o ano de 2010.

10 - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS - INSTRUÇÃO CVM Nº 346 DE 29.09.2000

No âmbito da Medida Provisória nº 470/09, a Companhia requereu a liquidação de todo o débito consolidado no Refis com a utilização de créditos tributários provenientes de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL próprios. Nesta operação, a Companhia considerou a redução de 100% das multas e honorários, e 90% dos juros relativos aos débitos originais consolidados, atualizados pela SELIC.

Com base nesse pedido de liquidação e no parecer de seus assessores jurídicos, a Companhia baixou o total da dívida (R\$ 59.706), reconhecendo o montante de R\$ 41.133 de ganho no resultado do exercício de 2009 relativos à redução de multas, juros e honorários, e considerou quitado o montante de R\$ 18.573 (principal da dívida consolidada no Refis e saldo dos juros – 10%).

11 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Discriminação	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Taxa	Garantia
ACC/Pré Pgto	3.334	-	3.334	7,10% a.a.+VC	Bens/Aval
Capital de Giro	33.290	4.574	37.864	19,74% a.a.	Dupl/Aval
Total	36.624	4.574	41.198		

12 - DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS

Quando da realização da 10ª Assembléia de debenturistas em 27.08.2004, a Companhia informou que o valor nominal unitário das debêntures, acrescido de juros remuneratórios em 30.06.1999 era de R\$ 17.333,33, sendo tal valor unitário dividido em 4 parcelas:

- A) R\$ 666,67
- B) R\$ 4.444,44
- C) R\$ 4.444,44
- D) R\$ 7.777,78

Nesta mesma assembléia, os debenturistas deliberaram:

- 1) Expurgo do índice de atualização monetária do período de 30.06.1999 a 30.06.2004, sendo que neste período as debêntures serão corrigidas pela variação de 12% a.a.;
- 2) Remuneração a partir de 30.06.2004 pela variação acumulada da TJLP;
- 3) Fixação dos vencimentos das parcelas A e B em 5 parcelas anuais e iguais para 30.12.2005, 30.12.2006, 30.12.2007, 30.12.2008 e 30.12.2009.

Os valores que compõem as parcelas C e D integrantes do saldo devedor unitário das debêntures, na hipótese de conversão de tais títulos em ações da Emissora, permanecerão fixos, sem quaisquer correções ou aplicação de juros, outrossim, na hipótese de não serem objeto de conversão sofrerão desde 30.06.1999 os mesmos critérios de correção aplicado as parcelas A e B.

As parcelas A e B vencidas das 117 debêntures em 30/12/2005, 30/12/2006, 30/12/2007, 30/12/2008 e 30/12/2009, ainda pendentes de pagamento, foram atualizadas até a data de 31.12.2009 pela TJLP e acrescidas de juros de mora de 1% a.m.

13 - PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista e civil. As respectivas provisões para contingências, quando necessárias, são constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos para os processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável. Quando necessário, foram efetuados depósitos judiciais.

A situação em 31 de dezembro de 2009 dos processos em curso, classificados por risco de perdas é a seguinte:

Natureza	Possível	Remoto
Trabalhista	362	27
Civil	258	255
Tributário	3.215	5.958
Total	3.835	6.240

14 - ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os contratos de arrendamento mercantil foram classificados em operacional e financeiro, após análise de cada contrato, observando a deliberação CVM nº 560/08 de 11 de dezembro de 2008, especialmente quanto à essência da transação.

Os seguintes contratos estão em vigor, em 31 de dezembro de 2009:

Modalidade	Instituição	CP	LP	TOTAL	TAXA	VENCTO.
Operacional	Petrobras/ Stemac	957	5.264	6.221	IGPM + INPC	06/2015
Financeiro	Banco Nacional	607	1.262	1.869	TR + 6% a.a.	03/2014
Total		1.564	6.526	8.090		

15 - ÔNUS E GARANTIAS

A Companhia possui R\$ 4.656 de seu Ativo Imobilizado e R\$ 5.950 de seus Estoques, alienados em garantia nas operações de captação de recursos, parcelamentos de impostos e contribuições (Refis Federal) e aquisição de equipamentos à automação do parque fabril.

A Companhia aguarda a homologação e consolidação do parcelamento advindo da Lei nº 11.941/09 e MP nº 470/09, para liberar da alienação em garantia, R\$ 1.759 de seu Ativo Imobilizado.

16 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social Subscrito em 31.12.2009 é de R\$ 32.805, composto por 4.809.768 ações escriturais, sendo 1.603.255 ordinárias e 3.206.513 preferenciais, todas sem valor nominal.

17 - RESERVA DE REAVALIAÇÃO

Conforme faculta a Lei nº 11.638/07, a Administração da Companhia decidiu por manter a reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido, sendo que a sua realização ocorrerá pelas depreciações, vendas ou baixas dos respectivos ativos.

No exercício foi realizado, por depreciação, o valor de R\$ 228 contabilizado diretamente na conta prejuízos acumulados. Os encargos tributários, no valor de R\$ 505, estão contabilizados no passivo não-circulante.

18 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Não foram constituídas provisões para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, tendo em vista que a Companhia apresentou prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

19 - COBERTURA DE SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas, que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros (Informação não auditada). O valor segurado em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 78.700.

20 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo ou em derivativos no exercício social de 2009, tais como os transacionados no mercado futuro, a termo, de opções e de *swap*, ou quaisquer outras modalidades de instrumentos financeiros que dependam do preço de outros ativos, e que representem risco de perda para a Companhia.

Eventuais operações com instrumentos financeiros não derivativos foram registrados na contabilidade da Companhia, e não apresentam valores de mercado conhecidos ou estimáveis divergentes daqueles

reconhecidos nas demonstrações financeiras. Assim, nenhuma divulgação específica, nos termos da Instrução CVM nº 235/95, é aplicável para estas demonstrações.

Política de gestão de riscos financeiros

- a) **Risco de taxas de câmbio** – A Companhia administra os riscos de mercado através de “hedges” naturais, visando minimizar a exposição a possíveis perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio;
- b) **Risco de crédito** – A política de gerenciamento do risco de crédito se pauta no permanente monitoramento e manutenção das concessões de crédito, adotando, quando necessário, procedimentos rigorosos que inclui o acompanhamento do nível de endividamento e liquidez dos clientes.

21 - EVENTOS SUBSEQUENTES

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu diversos pronunciamentos e interpretações técnicas, durante o ano de 2009, em consonância com as normas emitidas pelo *International Accounting Standard Board – IASB*. Estes normativos foram acolhidos pela CVM por meio de Deliberações, com vistas à continuidade do processo de convergências das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de relatórios financeiros. Sua aplicação é obrigatória para os exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010. Dentre as alterações introduzidas, a Administração destaca os pronunciamentos que terão, numa análise inicial, impacto sobre a apresentação das demonstrações financeiras da Companhia a partir do ano de 2010.

- O Pronunciamento CPC 21 Demonstração Intermediária, aprovado pela Deliberação CVM nº 581, de 31 de Julho de 2009;
- O Pronunciamento CPC 22 Informações por Segmento, aprovado pela Deliberação CVM nº 582, de 31 de Julho de 2009;
- O Pronunciamento CPC 26 Apresentação das Demonstrações Financeiras, aprovado pela Deliberação CVM nº 595, de 15 de setembro de 2009;
- O Pronunciamento CPC 30 Receitas, aprovado pela Deliberação CVM nº 597, de 15 de setembro de 2009;
- O Pronunciamento CPC 37 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, aprovado pela Deliberação CVM nº 609, de 22 de dezembro de 2009;
- O Pronunciamento CPC 22 de dezembro de 2009 e CPC 43 Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40, aprovado pela Deliberação CVM nº 610, de 22 de dezembro de 2009;

As modificações introduzidas por referidas normas caracterizam-se como mudança de prática contábil. A Companhia não espera impactos relevantes sobre as suas demonstrações financeiras e sobre o resultado do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2010. Também são esperados ajustes irrelevantes para os valores a serem divulgados de forma comparativa a essas demonstrações.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Apresentamos para apreciação de V. Sas. o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Cenário Econômico

A crise econômica global que teve os efeitos evidentes no Brasil a partir do 4º trimestre de 2008, restringiu o processo de crescimento e desenvolvimento que o país vinha mantendo nos últimos anos.

Apesar do país estar mais fortalecido e com condições de crescimento, os estímulos fiscais concedidos para setores específicos que consomem grande parte da renda das famílias, a manutenção da inflação e a estabilização das taxas de emprego em relação à crise mundial, não evitaram que a indústria fosse o setor mais afetado pela crise: retração e menor competitividade das vendas no mercado externo, aliada a uma menor demanda interna.

A crença para a indústria, que a pior fase da crise já se foi e os sinais de melhora nas principais economias mundiais, não devem inibir a ação do governo em ajustar o desequilíbrio dos gastos públicos e efetivar a renúncia fiscal-tributária, pois as políticas implementadas pelas autoridades econômicas não beneficiaram as empresas têxteis, que foram duramente penalizadas pela política cambial até então vivenciada, cujo reflexo principal é demonstrado pelo elevado passivo financeiro, que se agravou com a restrição ao crédito e elevadas taxas de juros. O setor, assim que passarem efetivamente os efeitos da crise econômica e de confiança, estará em desvantagem, visto que a grande maioria passa por processo de recuperação econômico-financeira.

Produção, Vendas e Estoques

O volume de produção no ano de 2009 foi 12,5% menor em comparação ao ano de 2008.

O volume de vendas físicas no ano de 2009, em comparação ao ano de 2008, foi 9,3% menor. As vendas físicas destinadas ao mercado externo, que no ano de 2008 representaram 28,9%, no ano de 2009 representaram 16,3%.

A redução das exportações, que já iniciara em maio/2008, visto a rentabilidade das receitas, se intensificou em 2009 com a recessão global. A Companhia, mesmo com a demanda interna mais restrita e



competitiva, conseguiu migrar parcialmente tal volume ao mercado doméstico, obtendo crescimento em 2009 de 6,9% do volume físico em relação ao ano de 2008.

O nível de estoques está ajustado à expectativa projetada pela Companhia, de produção e faturamento, fundamentada nas projeções de demanda, visando a adequação do fluxo de caixa e a maximização do uso do parque fabril.

Recursos Humanos

A Companhia mantém os incentivos para a qualificação profissional e o desenvolvimento dos seus colaboradores, visando formar um capital humano diferenciado e competitivo. Os investimentos na área social, em desenvolvimento pessoal e profissional no ano de 2009, importaram R\$ 2.478 mil, através de auxílios em bolsa de estudos para cursos técnicos, superior e pós-graduação, Supletivos Iº e IIº graus e programas de alimentação, transporte de pessoal e assistência médico-social. Além destes programas de incentivo escolar e benefícios, a Companhia investiu em treinamentos direcionados para seu modelo de gestão e aplicou 4,37 horas de treinamento per capita/mês.

Encerramos o exercício com 1.327 colaboradores, contra 1.479 colaboradores em 31 de dezembro de 2008.

Investimentos

A Companhia, em função das elevadas taxas de juros e da restrição de linhas de crédito, vem efetuando investimentos somente na manutenção de seu parque fabril. Os investimentos no ano de 2009 importaram R\$ 1.653 mil. Para o ano de 2010, não há previsão de investimentos relevantes.

Resultados e Perspectivas

Inserida em um setor econômico que sofreu fortes impactos com a crise econômica iniciada em setembro de 2008, visto a forte atuação, dependência e necessidade de significativo volume de vendas ao mercado externo, a Companhia, não diferente, viu a piora de seus índices financeiros e das condições de desempenho das atividades, ao não conseguir reverter as restrições de demanda e crédito, manutenção das taxas de juros e a demanda de capital de terceiros.

Com a desaceleração econômica mundial e rentabilidade dos negócios no mercado externo, a Companhia reduziu drasticamente as exportações. No mercado interno, apesar de mantida a política de preços e de produtos com maior valor agregado, exclusivos e licenciados, algumas linhas de produtos foram readequadas visto o acirramento da concorrência e, buscando manter o volume do ano anterior e agregar parte do volume que era destinado às exportações, houve queda da rentabilidade.



Apesar da piora na performance de seus índices financeiros e das condições de desempenho da atividade econômica, a Companhia, mesmo apresentando uma redução da Receita Operacional Líquida na ordem de 8,9% em relação ao ano anterior, gerou um resultado da atividade de R\$ 2.024 mil, contra R\$ 475 mil no ano anterior.

A Companhia está focada no processo de recuperação da rentabilidade da atividade da empresa, para cumprimento das obrigações assumidas; Vislumbrando um cenário mais estável para o próximo ano, todo esforço da Companhia está direcionado nas estratégias comerciais junto ao mercado interno, readequação do novo volume das exportações, redução de custos e despesas, pois o repasse de preços mostra-se impraticável nas atuais condições de mercado, e aproveitamento de novas oportunidades.

Em relação ao passivo fiscal e tributário, com o advento e opções de parcelamento e liquidação oportunizadas pela Lei 11.941, de 27 de maio de 2009, e MP 470 de 13 de outubro de 2009, a Companhia acredita ter equacionado as obrigações fiscais e tributárias federais e previdenciárias (ver Nota Explicativa nº 09). Da mesma forma, acredita que o crédito descrito na Nota Explicativa nº 07-**a**, Créditos Diversos de Longo Prazo, possa auxiliar no processo de não constituição de novos passivos fiscais e tributários e capitalização da empresa.

A Administração da Companhia acredita que a redução do endividamento fiscal e tributário e o processo de alongamento de seus compromissos financeiros de curto e médio prazo, oportunize condições de captação de recursos de médio e logo prazo com taxas mais atrativas, pois devido á situação econômica atual, não vem obtendo êxito na busca destes recursos atualmente disponibilizados pelos organismos oficiais de financiamento ou seus repassadores. Essa mudança do perfil de endividamento bancário é essencial, reduzindo o elevado custo financeiro que dissipa a geração de recursos da Companhia.

No cenário macroeconômico, apesar do otimismo e da perspectiva de recuperação das principais economias, o movimento deverá ser gradual, visto a necessidade da volta dos investimentos na indústria e bens de capital. O mercado vivenciará um grau de competição maior, marcado pelo desenvolvimento tecnológico, inovação e redução de custos.

No Brasil, a expectativa de expansão da economia, está atrelada a uma melhor performance da demanda. O ano eleitoral não deverá influenciar o desempenho da economia doméstica e o setor têxtil espera que medidas pleiteadas como desoneração da folha salarial, redução da carga tributária e acordos bilaterais, se efetivem e condicionem o incremento das exportações de um segmento que é um dos maiores empregadores de mão-de-obra. A anunciada ajuda aos exportadores de manufaturados, deveria realizar-se principalmente através da possibilidade de captação de recursos via bancos oficiais.

Auditores Independentes



Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que nossos Auditores Independentes, Selecta Auditores Independentes S.S., somente prestaram serviços de auditoria das demonstrações financeiras no exercício de 2009.

Declaração da Diretoria

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer da Selecta Auditores Independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009.

Agradecimentos

Por tudo que compartilhamos, agradecemos o apoio e a confiança que recebemos dos nossos Acionistas, Clientes, Fornecedores e Instituições Financeiras, bem como o valioso e essencial empenho de nossos colaboradores, para o alcance de nossos objetivos.

Brusque (SC), Janeiro de 2010.

A ADMINISTRAÇÃO



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.
Administradores e Acionistas da
BUETTNER S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Brusque - SC

1. Examinamos o balanço patrimonial da **BUETTNER S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO**, levantado em 31 de dezembro de 2009 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. A Companhia, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 01, a partir da sua interpretação da Medida Provisória nº 470/09 e da Lei nº 11.941/09, promoveu a baixa de juros, multas e honorários sobre débitos tributários/fiscais federais, no montante de R\$ 78.044 mil, e reconheceu créditos provenientes de prejuízos fiscais e da base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, no valor de R\$ 71.494 mil, perfazendo um total de R\$ 149.538 mil. Essa medida da Companhia foi tomada com base em requerimento protocolado nos órgãos federais competentes, sendo que a homologação dos pedidos deverá ocorrer durante o exercício de 2010. As práticas contábeis adotadas no Brasil admitem a contabilização de receitas e a baixa de passivos, somente quando o direito à sua obtenção ou utilização esteja assegurado. Assim, no exercício de 2009 a situação patrimonial foi afetada positivamente em R\$ 149.538 mil. Conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido, a conta prejuízos acumulados, diretamente absorveu daquele montante R\$ 33.768 mil, e, indiretamente (via resultado do exercício), R\$ 115.770 mil.
4. Em nossa opinião, exceto pelo mencionado no parágrafo nº 3, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **BUETTNER S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO**, em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. Anteriormente, auditamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto), dos fluxos de caixa e do valor adicionado desse exercício, conforme parecer emitido em 23 de janeiro de 2009, contendo parágrafos de ênfase sobre a possibilidade de exclusão do REFIS/PAES no caso de indeferimento do pleito judicial para compensar débitos previdenciários com crédito-prêmio de IPI; sobre a tendência negativa dos indicadores econômico-financeiros e sobre o assunto de que trata o parágrafo 7.
6. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13, a Companhia responde por vários processos de natureza trabalhista, cível e tributária. Os processos em questão, que representam um risco possível, totalizam R\$ 3.835 mil, e as demonstrações contábeis da Companhia não incluem provisão para fazer face a eventuais efeitos decorrentes do desfecho desfavorável destas ações.
7. Apesar da reversão das tendências negativas de liquidez, da situação patrimonial líquida e do capital de giro, verificada nas demonstrações contábeis, em virtude do fato descrito no parágrafo 3 retro, os indicadores econômico-financeiros da Companhia tiveram a mesma trajetória de desempenho constatada nos últimos exercícios. A tendência negativa destes indicadores, aliada à restrição ao acesso a recursos de longo prazo, e o eventual indeferimento do pedido de parcelamento e liquidação de débitos tributários/fiscais mencionados no parágrafo 3, podem comprometer a continuidade normal das atividades da Companhia. As informações contidas nas demonstrações financeiras foram preparadas e são apresentadas considerando a continuidade normal dos negócios da Companhia, e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores ativos ou quanto aos valores e a classificação dos passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando.

Brusque (SC), 22 de janeiro de 2010

NATÓLIO DE SOUZA

Contador CRC(SC) nº 008.359/O-8

BALANÇO PATRIMONIAL

ENCERRADO EM 31.12.2009